

2.º C C	PUBLICADO NO D. O. H. De 05/11/92 19.82 Rubrica
---------------	--



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo N.º 11.030-000.645/91-11

OVRS

Sessão de 27 de março de 1992.

ACORDÃO N.º 202-04.919

Recurso n.º 87.876

Recorrente METALÚRGICA ARTUZI LTDA.

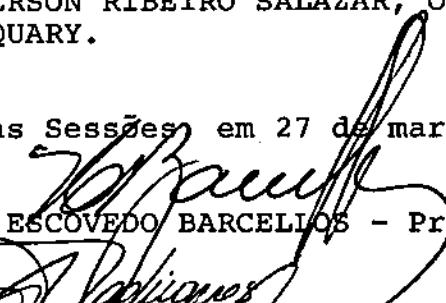
Recorrida DRF EM PASSO FUNDO/RS

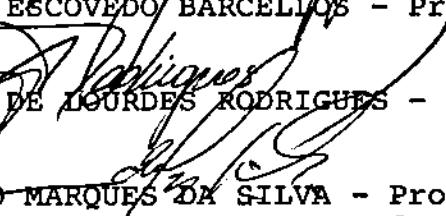
DCTF - DENÚNCIA ESPONTÂNEA. Quando o sujeito passivo, mesmo a destempo, toma a frente do Fisco e voluntariamente entrega os formulários, cumpriu a prestação e está excluída a responsabilidade e afastada a exigência da multa. É o comando gravado no ânimo do art. 138, parágrafo único do Código Tributário Nacional - CTN. Recurso provido.

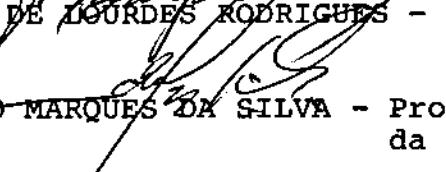
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por METALÚRGICA ARTUZI LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso. Vencido o Conselheiro ELIO ROTHE. Ausentes, justificamente, os Conselheiros JEFERSON RIBEIRO SALAZAR, OSCAR LUIS DE MORAIS e SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1992.


HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS - Presidente


ACÁCIA DE MOURDES RODRIGUES - Relatora


ARMANDO MARQUES DA SILVA - Procurador-Representante
da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 27 MAR 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS (Suplente) e RUBENS MALTA DE SOUZA CAMPOS FILHO.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo Nº

11.030.000.645/91-11

Recurso Nº: 87.876

Acordão Nº: 202-04.919

Recorrente: METALÚRGICA ARTUZI LTDA.

RELATORIO

A recorrente foi notificada para recolher multas por atraso na entrega de DCTFs correspondentes aos meses 03/88, 08, 09 e 10/89 (fl. 02), tendo oferecido defesa, alegando falhas formais da notificação, que não leva assinatura nem discrimina os valores que levaram ao valor total da multa, o que impossibilitaria a sua defesa.

As informações fiscais foram juntados os demonstrativos da composição da multa total, sobrevindo a decisão de fls. 08/09, que rejeitou a defesa do contribuinte, sustentando a validade da notificação.

Recorreu o contribuinte, reportando-se à defesa inicial e registrando que a entrega das DCTFs, embora feita com pequeno atraso, foi espontânea, o que ilidiria a multa, nos termos do art. 138 do CTN.

E o relatório.

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA
ACÁCIA DE LOURDES RODRIGUES

O recurso é tempestivo.

A questão relativa ao aspecto formal da notificação não procede, conforme decidiu essa Câmara na sessão de 20.11.91, apreciando questão idêntica. A despeito disso, dou provimento ao recurso, uma vez que a entrega espontânea das DCTFs, ainda mais sem cobrança da multa que deveria ser exigida no ato, arreda a imposição da penalidade, considerando-se a prevalência do disposto no artigo 138 do CTN, sobre as normas de menor hierarquia legal, que informam

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Acácia de Lourdes Rodrigues".

segue-

Processo nº 11.030-000.645/91-11
Acórdão nº 202-04.919

a exigência da multa em questão.

Brasília (DF), 26, dia, 27 de março de 1992.

acácia l. rodriques
acácia de lourdes rodrigues